

A FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR, A ESQUERDA BRIZOLISTA E A CRISE POLÍTICA DE 1964*

JORGE FERREIRA**

Resumo: Pesquisas na área das Ciências Humanas comprovaram a atuação de políticos, militares e empresários nos episódios que culminaram no golpe civil-militar de 1964 no Brasil. No entanto, tema ainda pouco freqüentado na bibliografia é o papel representado pelas esquerdas naquele processo. A imagem que nos foi legada é a de que a radicalização política foi exclusiva de elementos conservadores e reacionários, enquanto as esquerdas apenas defendiam as reformas e a democracia. Bastante popularizada, trata-se da tese que alude ao "golpe preventivo". O artigo discute as estratégias políticas das esquerdas que, no governo de João Goulart, integraram a Frente de Mobilização Popular (FMP), em particular os seguidores de Leonel Brizola, conhecidos como nacional-revolucionários. Em processo de radicalização crescente, as esquerdas participaram ativamente das lutas e dos conflitos políticos, contribuindo para o impasse que culminou na derrocada do governo e da democracia em março 1964.

Abstract: Researches in Social Sciences proved that politicians, army personnel and businessmen participated in the events that culminated with the military coup of 1964 in Brazil. However, there are still few mentions, throughout this literature, of the role of leftists in this process. The image that remained is that political extremism was exclusively that of conservatives and reactionary groups, whereas the left only defended

reforms and democracy. This is a well known "preemptive coup" thesis. This article discusses leftist political strategies which constituted the Popular Mobilization Front (FMP) during Goulart's administration, particularly Leonel Brizola's followers, known as national-revolutionaries. Increasingly radicalized, these leftist groups participated actively in political struggles and conflicts, contributing to the overthrow of the government and of democracy in March of 1964.

Desde que João Goulart tomou posse na presidência da República, em 7 de setembro de 1961, grupos políticos conservadores e de direita moveram intensa campanha contra o governo até a vitória do golpe de Estado que, em abril de 1964, implantou a ditadura dos generais. São diversas as pesquisas na área das Ciências Humanas que comprovam a atuação de políticos, militares e empresários nos episódios que culminaram com o colapso da democracia no Brasil. No entanto, tema ainda pouco freqüentado na bibliografia é o papel representado pelas esquerdas naquele processo. A imagem que nos foi legada é a de que a radicalização política foi exclusiva de elementos conservadores e reacionários, enquanto as esquerdas apenas defendiam as reformas e a democracia. Bastante popularizada, trata-se da tese que alude ao "golpe preventivo". A versão enfatiza o descontentamento de setores de direita com a crescente "autonomia" dos trabalhadores organizados no movimento sindical urbano e em grupos camponeses. O golpe, desse modo, teria evitado a execução de medidas reformistas e o aprofundamento da democracia no Brasil. De uma "democracia restrita" – definida como "democracia populista" – o programa reformista das organizações de esquerdas faria o país avançar para uma "democracia ampliada", "não populista". Em suma, o "golpe preventivo" teria evitado que os grupos e partidos políticos de esquerda implementassem as reformas de base e a "autêntica" democracia no Brasil.¹

Quero, neste artigo, reconstituir, ainda que parcialmente, as estratégias políticas das esquerdas que, no governo de João Goulart, integraram a Frente de Mobilização Popular (FMP), em particular os seguidores de Leonel Brizola, conhecidos como nacional-revolucionários. Em processo de radicalização crescente, as esquerdas participaram ativamente das lutas e dos conflitos políticos, contribuindo para o impasse que culminou na derrocada do governo e da democracia com o golpe civil-militar de 1964.

Leonel Brizola e as esquerdas

Ao assumir o governo, Goulart teve que responder ao programa histórico das esquerdas e defendido por ele mesmo desde os anos 1950: as reformas de base. Tratava-se de um conjunto de medidas que visava alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, permitindo o desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento da justiça social. Entre as principais reformas, constavam a bancária, fiscal, administrativa, urbana, agrária e universitária, além da extensão do voto aos analfabetos e oficiais não-graduados das Forças Armadas e a legalização do PCB. O controle do capital estrangeiro e o monopólio estatal de setores estratégicos da economia também faziam parte do programa reformista dos nacionalistas.

Um grupo no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), auto-nomeado de nacional-revolucionários, seguia a liderança de Leonel Brizola. O político trabalhista gaúcho projetou-se como líder no campo das esquerdas quando, no governo do Rio Grande do Sul, nacionalizou empresas norte-americanas de comunicação e de energia e criou 680 mil vagas escolares no estado. Mas foi a sua atuação ousada na Campanha da Legalidade, enfrentando com grande coragem a direita civil-militar, que consolidou seu nome como líder da facção mais à esquerda do PTB. Militantes de outros grupos e partidos políticos, inclusive os que se diziam revolucionários, reconheciam sua liderança. Sua popularidade entre os sargentos das três Forças Armadas e das Polícias Militares, além de marinheiros e fuzileiros da Marinha de Guerra era algo sem precedentes. Durante o governo de João Goulart, o prestígio político de Leonel Brizola no campo popular, nacionalista e de esquerda era imenso e sua atuação foi, sobretudo, no sentido de pressionar o presidente para agilizar as reformas prometidas, sobretudo a agrária, que, se não fosse realizada “na lei”, seria implementada “na marra”.

Sob a liderança de Brizola, surgiu no cenário político, no início de 1963, a Frente de Mobilização Popular, qualificada por Ruy Mauro Marini como um “parlamento das esquerdas”.² A FMP reunia as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base e esforçava-se para que Goulart assumisse imediatamente o programa reformista, sobretudo a reforma agrária, mesmo a custo de uma política de confronto

com a direita e os conservadores, incluindo o Partido Social Democrático, o PSD. Ao mesmo tempo, procurava se impor como força viável às reformas diante das posições do Partido Comunista Brasileiro (PCB), interpretadas como moderadas. Na FMP estavam representados os estudantes, com a União Nacional dos Estudantes (UNE); os operários urbanos, com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC); os subalternos das Forças Armadas, como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais por meio de suas associações; facções das Ligas Camponesas; grupos de esquerda revolucionária como a Ação Popular (AP), a POLOP (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária), o Partido Operário Revolucionário (Trotskista) (POR-T) e segmentos de extrema-esquerda do PCB; bem como políticos do Grupo Compacto do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), além dos nacional-revolucionários brizolistas. Segundo Herbert de Souza, o Betinho, na época militante da AP, a FMP foi uma experiência rica para as esquerdas. “Foi uma experiência aberta, um fórum de debates, de articulação, de politização”.³

Liderando também a facção mais radicalizada do PTB, Brizola expressava idéias e crenças de grupos esquerdistas heterogêneos. Em conferência proferida na sede da UNE, em junho de 1961, afirmou que seu projeto político distanciava-se tanto da área de influência do socialismo soviético quando do capitalismo norte-americano. No entanto, conhecendo e vivendo sob o domínio deste último, Brizola era ácido em suas críticas. Para ele, “o governo e os homens públicos dos Estados Unidos, dando cobertura ao capitalismo cruel, sem alma, está esmagando, destruindo, desvitalizando as populações da América Latina”.⁴ Em seu argumento, o atraso brasileiro e latino-americano não era causado pelo intercâmbio comercial com os norte-americanos, mas, sim, pelas implicações do próprio comércio, cujos resultados eram nocivos, sobretudo por gerar uma cadeia de dependência – econômica, política e psicológica. Entre as reformas que o Brasil necessitava incluía, portanto, a reformulação das relações comerciais com os Estados Unidos para que o país se desenvolvesse em outros termos, com padrões mais justos e equitativos. Assim, uma das pré-condições para o desenvolvimento

latino-americano seria eliminar as interferências dos interesses privados dos monopólios e trustes estrangeiros em suas economias. Segundo Brizola, se lhe perguntarem “que receita é esta?”, ele diria: “É exatamente a receita que aplicaram em Cuba”. O chamado “caso cubano”, continuou em seu argumento, “pode ser um espelho do que, desditosamente, venha ser o nosso futuro, se os termos de nossas relações com os EUA continuarem como até agora”.

Durante o governo de João Goulart, Brizola acompanhou o processo de radicalização das esquerdas. Afinado com os objetivos dos grupos esquerdistas, ele avançava em suas pregações. Em fevereiro de 1964, escrevendo sobre a Carta Testamento de Getúlio Vargas, afirmou:

*“O depoimento de Vargas permite-nos compreender que a nossa estrutura econômica-social, injusta e desumana, nada mais é que o efeito, que a dolorosa conseqüência do insidioso processo de espoliação a que está submetido nosso país; permite compreender que o subdesenvolvimento, o nosso atraso material e cultural, o analfabetismo, o latifúndio intocável, a marginalização e o empobrecimento de regiões e contingentes cada vez maiores de nossa população, as favelas, os ranchos, as doenças endêmicas, a inflação, a desvalorização de nossa moeda, as emissões, a elevação dos preços e do custo de vida, todo este quadro de sofrimentos, de necessidades, de misérias e injustiças, nada mais é senão o trágico painel dos efeitos e conseqüências da espoliação econômica. [...] Só conseguiremos realizar o nosso desenvolvimento, os ideais de justiça, construir uma sociedade brasileira justa, a medida que conseguirmos nos libertar da espoliação internacional”.*⁵

O próprio Luís Carlos Prestes, em entrevista na televisão, perguntado se Brizola poderia desempenhar no Brasil o papel que Fidel Castro representou em Cuba, disse: “Creio que pode. As condições brasileiras são tais que um homem que tenha visão política, que não esteja preso por interesses a grupos monopolistas estrangeiros e ao latifúndio, pode ser o chefe da revolução brasileira”.⁶

Interpretações com tendências a personalizar a História culpam a atuação de Leonel Brizola por desgastar politicamente o governo de

Jango e, desse modo, provocado o golpe militar. Seu radicalismo e sua pregação revolucionária teriam minado a autoridade do presidente e aberto caminho para a sua deposição. No entanto, analisando os grupos políticos que participavam da FMP, ali estavam presentes líderes sindicais, camponeses, estudantis e dos subalternos das Forças Armadas, grupos marxista-leninistas, políticos nacionalistas. Na Frente estava reunida a esquerda da época que reconhecia Leonel Brizola como liderança. Ele interpretava as idéias, crenças e projetos de grupos e partidos que participavam da FMP e, exatamente por isso, foi reconhecido como líder. Se ele defendia idéias radicais e revolucionárias era porque aquelas esquerdas igualmente eram radicais e pregavam a revolução. Ambos falavam a mesma linguagem e tinham objetivos em comum. Tratava-se da esquerda brasileira em época de radicalização.

O presidente e a radicalização

Inicialmente entusiasmadas com a posse de Goulart, logo as esquerdas se mostrariam impacientes. Para estudantes, sindicalistas, intelectuais e militantes nacionalistas a hora das reformas havia chegado. Inconformados com o presidente, a seguir partiram para a acusação. Militantes dos Centros Populares de Cultura da UNE, intelectuais marxistas, ativistas revolucionários, dirigentes sindicais e sargentos nacionalistas, de maneira similar aos outros grupos de esquerda, passaram a exigir de Goulart o fim da política de “conciliação” com os conservadores do PSD. Conciliação, aliás, era o termo mais ofensivo entre as esquerdas naquele momento. Afinal, se o confronto direto com os conservadores resultaria na vitória das forças reformistas, porque a insistência do presidente em “conciliar” com os pessedistas? Desde que Jango tomara posse, Brizola o aconselhava a dar um golpe de Estado: “se não dermos o golpe, eles o darão contra nós”.⁷ A alternativa, no entanto, era descartada pelo presidente. Não estava em seus planos tornar-se um ditador.

Jango queria manter suas bases de apoio à esquerda. No entanto, havia alcançado a presidência da República com um país dividido e sob gravíssima crise militar e política. Assim, escolheu a estratégia política de desarmar seus opositores da direita civil e militar, esforçando-se para

ampliar sua base política com o apoio do centro, sobretudo com o PSD. Seu objetivo era o de unir o centro pessedista e a esquerda trabalhista e, com maioria no Congresso Nacional e o reforço da tradicional aliança entre o PSD e o PTB, implementar reformas negociadas e pactuadas pela via parlamentar. Nesse sentido, as reformas não poderiam ser mínimas, como queriam os pessedistas, mas também não tão avançadas como defendiam as esquerdas. Jango esforçava-se no sentido de manter a aliança partidária que, no Congresso, deu estabilidade política ao governo de Juscelino Kubitschek e, no mesmo movimento, implementar as reformas. Para o presidente, homens como JK, Tancredo Neves, Amaral Peixoto ou Ulysses Guimarães poderiam ser considerados conservadores, mas não eram reacionários e estavam dispostos a discutir as reformas, inclusive a agrária. O campo da direita golpista não era o PSD, mas a UDN – em particular a ala de extrema-direita liderada por Carlos Lacerda. Contudo, para as esquerdas, a estratégia presidencial era recusada e condenada: pactos, acordos e negociações com os pessedistas não passavam de “política de conciliação”.

Os conservadores do PSD e as esquerdas entravam em conflito sobretudo na questão de como implementar a reforma agrária. Por dispositivo constitucional, as desapropriações deveriam ser antecedidas por indenizações em dinheiro. Para as organizações e partidos reunidos na FMP, qualquer proposta que incluísse reparações financeiras aos latifundiários era inaceitável. A Constituição, portanto, deveria ser alterada. Desconhecendo o poder de veto da maioria parlamentar pessedista do Congresso, as esquerdas partiram para a estratégia de pressionar o governo e de mobilizar os trabalhadores nas ruas, excluindo, nas palavras de Argelina Figueiredo, concessões ou compromissos políticos.⁸ Atacando o Congresso Nacional, exigindo mudanças na Constituição e cobrando medidas imediatas de Goulart, as esquerdas avançavam em seu processo crescente de radicalização, certas de sua superioridade sobre as direitas e os conservadores e, sobretudo, acreditando na necessidade de um confronto com eles. Cobravam de Jango seu afastamento do PSD com a implantação imediata de um governo nacionalista e popular.

Para algumas tendências de esquerda, a opção era pelo extremismo político. Em Dianópolis, no interior de Goiás, foi descoberto um campo

de treinamento militar das Ligas Camponesas. Desde a crise de agosto 1961, setores mais radicais das Ligas substituíram a proposta de organizar os trabalhadores pela revolução socialista, tendo como ponto de partida a aliança operário-camponesa.⁹ A organização, assim, foi dotada de um braço armado, tendo como exemplo a experiência guerrilheira cubana. Ao mesmo tempo, grupos políticos, empresariais e militares de direita articulavam-se para, de maneira organizada, conspirarem contra o governo. O complexo IPES-IBAD desencadeou ampla campanha baseada na histeria anticomunista, convencendo setores significativos de empresários, políticos, jornalistas, religiosos, sindicalistas, profissionais liberais, militares e trabalhadores de que Goulart, de fato, tinha intenções de comunizar o país.

A radicalização política aumentou perigosamente com a revolta dos sargentos em Brasília, em 11 de setembro de 1963, atingindo profundamente o governo. Após tomarem a capital da República, convocaram várias unidades militares do país a aderirem ao movimento. No mês seguinte, ocorreu uma nova crise política quando o governador Carlos Lacerda, em entrevista concedida ao correspondente no Brasil do jornal *Los Angeles Times*, insultou o presidente e atingiu a honra das Forças Armadas. Os ministros militares, indignados, pediram a Goulart a decretação do estado de sítio. Direitas e esquerdas reagiram de maneira negativa à proposta.

Goulart anteriormente isolado pela direita, nesse momento sentia que os conservadores do PSD também se afastavam. Mais grave, ele se viu ainda mais sozinho quando as esquerdas romperam com ele. Logo após a retirada do pedido de estado de sítio do Congresso Nacional, deputados da Frente de Mobilização Popular, representantes de Leonel Brizola e Miguel Arraes, delegados da UNE e do CGT, além de outras organizações, concluíram, em conjunto, que “o presidente João Goulart estava realizando apenas um governo de interesse exclusivo das classes conservadoras, distanciando-se dos grupos que haviam assegurado a sua posse na crise de 1961. Logo, as esquerdas deveriam romper com o governo”.¹⁰ Enquanto isso, o minoritário grupo civil-militar golpista começou a ganhar terreno no plano conspiratório. O governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, após conversas com o marechal Odílio Denys, passou a integrar o movimento.

A imaginação nacional-revolucionária

As esquerdas, naqueles anos, fabricaram, disseminaram e tornaram comuns imagens que agiram no sentido de sedimentar idéias, crenças e comportamentos coletivos. Traduzido por meio da linguagem, o conjunto de representações auxiliava no processo de alimentar certezas, arregimentar adeptos e reforçar utopias. Uma das imagens que atuaram com força incomum entre as esquerdas, nos discursos de Brizola em particular, era a que aludia ao “desfecho”. A palavra era recorrente nos argumentos das esquerdas, sempre no sentido de que o fim de um ciclo estaria se aproximando. No manifesto que acompanhava o modelo de ata do “grupos de onze companheiros” Brizola dizia: “passamos a viver momentos decisivos de nossa vida e de nossa história. Aproximamo-nos, rapidamente, de um desfecho deste período cruel que se iniciou desde o fim da última guerra”.¹¹ Para Brizola, é “a espoliação praticada pelas empresas estrangeiras no Brasil, por ser esta causa e origem profundas deste quadro de injustiças, de sofrimentos, de angústias, e de pobreza que vêm tornando a vida humana insuportável em nosso país”. Os resultados, em um aspecto, eram a inflação e a miséria do povo; em outro, o enriquecimento e os privilégios obtidos por uma minoria de brasileiros associados aos interesses estrangeiros. Contudo, continuou no texto, “ninguém mais nos ilude”: os preços sobem, as reformas não são realizadas, o povo luta para sobreviver e a própria soberania se degrada, em consequência do “monstruoso processo espoliativo, do saque internacional que leva para fora de nossas fronteiras os frutos do trabalho e da produção do povo brasileiro”. A conclusão, portanto, é a de que, “sem dúvida, aproximamo-nos, rapidamente, de um desfecho”.

Para Brizola, o “desfecho”, em linhas gerais, ocorreria da seguinte maneira. Em reação à inconformidade do povo diante das grandes injustiças econômicas e sociais, a minoria privilegiada do país recorreria à repressão e, com a polícia ou o Estado de Sítio, cercearia as liberdades individuais em nome da “democracia”, do “desenvolvimento econômico” e das “tradições cristãs”. Para Brizola, “ordem para esta minoria é a ordem dos cemitérios; democracia é o regime de minorias privilegiadas; desenvolvimento econômico é o enriquecimento dos grupos e

empobrecimento do povo; em matéria de liberdade a única que defendem mesmo é a liberdade de lucrar e fazer negócios”.

Assim, na lógica do “desfecho”, formulava-se um duplo jogo de imagens. De um lado, havia o “povo” – constituído por trabalhadores urbanos e rurais, mas também por estudantes, militares nacionalistas, intelectuais comprometidos, entre outros. Em suas lutas, o “povo” manifestava seu inconformismo com protestos de rua, greves por aumentos salariais, luta pela terra e defesa das bandeiras nacionalistas sobretudo contra o “saque internacional que leva para fora de nossas fronteiras os frutos do trabalho e da produção”. Mas, de outro, ainda nas palavras de Brizola, existia o “antipovo”: “uma minoria de brasileiros egoístas e vendilhões de sua Pátria, minoria poderosa e dominante sobre a vida nacional – desde o latifúndio, a economia e a finança, a grande imprensa, os controles da política até aos negócios internacionais – associou-se ao processo de espoliação de nosso povo. Esta minoria é que chamamos de antipovo, de antinação”. Portanto, o momento era de decisão. Aproximava-se a hora da opção, a hora do “desfecho”. “Ou estaremos com o povo ou com o antipovo; ou seremos patriotas ou traidores”.

Além das imagens que aludiam ao “desfecho” e ao “povo/ antipovo”, outro recurso imaginário, muito recorrente na época, era o que alertava para o perigo do “gorila”. No jornal *Panflete*, porta-voz da FMP e dos nacional-revolucionários, um suboficial escreveu um artigo intitulado “O problema dos gorilas”. Segundo o argumento, a definição mais imediata para a palavra “gorila” era “inimigo do povo”. Entre o “espécime”, alega, existiam elementos civis, sendo Carlos Lacerda a maior expressão. Contudo, são os militares aqueles que oferecem os maiores contingentes ao “gorilismo”. Fenômeno latino-americano, fascista e anticomunista, “o ‘gorila’ é particularmente subserviente aos ditames dos chefes militares do Pentágono. O ‘gorila’ militar é um dos instrumentos mais brutais com que o capital monopolista procura esmagar os povos”.

Os comandos nacionalistas

As esquerdas produziam e manejavam imagens e representações, mas também propunham formas de organização. Em sua estratégia de luta extra-parlamentar, Brizola, em fins de novembro de 1963, pregava a formação de “grupos de onze companheiros” ou “comandos nacionalistas”. No manifesto que seguia o modelo de ata de fundação de um “comando”, Leonel Brizola sugeria como formar um desses grupos: primeiro, duas ou três pessoas, em comum acordo, convidariam outros colegas até formarem um grupo de onze. A seguir, lavrariam a ata de fundação com a assinatura de todos.¹² Desse modo, haveria a concordância com o manifesto que acompanhava o modelo de ata. Depois, o grupo escolheria um chefe e um substituto eventual. Ao final, comunicariam por carta ou telegrama (de preferência entregando pessoalmente) a formação do grupo ao deputado Leonel Brizola, na sede da rádio Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro, constando o endereço para correspondência.

Segundo o manifesto que acompanhava a ata, diante do “desfecho” que se aproximava, era necessário refletir sobre o que fazer. Inicialmente era necessário um grande esforço de esclarecimento e conscientização de milhões de brasileiros para as verdadeiras origens da miséria e injustiças que se abateriam sobre o povo. É verdade que os trabalhadores se empenharam na organização em seus sindicatos, como também estudantes, camponeses, intelectuais e “muitos de nossos irmãos militares”, dizia Brizola. Mas era pouco diante de milhões de brasileiros sem qualquer articulação política, agindo de maneira desorganizada.

“A organização de nosso povo, eis a tarefa urgente e imprescindível, neste momento. Povo desunido, povo desorganizado é povo submetido, sem condições de defender os seus mais sagrados interesses e de realizar o seu próprio destino. O povo brasileiro precisa urgentemente organizar-se. Onde quer que se encontre, mesmo nos lugares mais longínquos da Pátria. Se, em curto espaço de tempo, conseguirmos estruturar uma organização razoável, estarão criadas as condições para o nosso povo, na hora do desfecho que se aproxima, nos momentos em que pretendam garrotear as nossas

conquistas democráticas, venha assumir uma posição, não apenas de defesa de suas liberdades mas, também, para caminhar por si mesmo em busca de sua própria libertação. O que cabe fazer, portanto, neste momento, a todos nós é, exatamente: organização, organização e organização”.

A tarefa era difícil, sobretudo pelas dimensões continentais do Brasil e o tempo muito curto que o povo dispunha para se organizar “à medida que a crise brasileira se aproxima do seu desfecho”. Assim, para Brizola, seria preciso a iniciativa criadora de cada um, como ocorreu na Campanha da Legalidade quando o povo organizou-se de maneira espontânea. As iniciativas precisariam surgir por toda a parte, “onde quer que se encontre um brasileiro consciente, um nacionalista, um patriota”: nos bairros, cidades, fábricas, escritórios, no campo. Seguindo estas diretrizes foi que surgiu a proposta do “grupo de onze companheiros” ou “comandos nacionalistas”: reunir em uma organização simples, ao alcance de todos, nas mais distantes localidades do país, articulando-as a outras existentes, a exemplo da FMP, do CGT, da UNE, da FPN e das Ligas Camponesas. Para Brizola, o objetivo era consolidar a unidade das forças populares, dos nacionalistas civis e militares e de todos os getulistas e trabalhistas que seguiam a Carta Testamento de Getúlio Vargas. O objetivo, enfim, era unir “todos os brasileiros, homens e mulheres que se disponham a lutar em defesa de nossas conquistas democráticas por uma democracia autêntica, pela realização imediata das reformas de base e pela libertação do nosso povo da espoliação internacional”. O “grupo de onze companheiros”, assim, permitiria que o povo compreendesse, a partir de suas próprias experiências, formas de organização. No caso, tratava-se do futebol, esporte praticado por onze jogadores, cada um em uma posição e uma função na equipe, sendo um deles escolhido capitão. Todos sabiam que, para a vitória, era necessária uma ação coordenada de todos e que atitudes isoladas prejudicavam o conjunto. “É uma demonstração ao alcance de todos sobre o que significa, o que pode e como funciona o trabalho em equipe e ação organizada”, diz o manifesto. Com os “comandos nacionalistas”, as atitudes individuais seriam substituídas por ações organizadas em grupos, articuladas entre si e interligadas a níveis local, regional e nacional.

“Assim, qualquer brasileiro que tenha sua consciência de patriota queimando de inconformidade com os sofrimentos e injustiças que aí estão esmagando nosso povo, onde quer que se encontre, pode e deve tomar a iniciativa junto aos seus companheiros e amigos, de sua vizinhança (em primeiro lugar), de fábrica, de escritório, da sua classe, do rincão onde vive, pelas lavouras e pelos campos, para organização de um ‘Grupo de Onze’, reunir-se e fundar a organização”.

As forças populares, desse modo, se organizariam por meio de “grupos de onze companheiros”. Seriam as forças do “povo” articuladas e atuando em conjunto contra os “gorilas” e o “antipovo”. A proposta de Leonel Brizola foi recebida de maneira positiva pela AP, POLOP, tendências trotskistas, deputados do Grupo Compacto e pelo movimento dos sargentos. Os comunistas do PCB, no entanto, criticaram duramente a iniciativa. O “grupo de onze companheiros” era uma resposta de Leonel Brizola ao crescimento de suas bases de apoio cada vez mais à esquerda, o que incomodava ao próprio PTB. Suas pregações na rádio Mayrink Veiga cativavam milhares de pessoas que respondiam com telefonemas ou telegramas de apoio. Segundo cálculos de Neiva Moreira, cerca de 60 a 70 mil militantes se organizaram em “grupos de onze companheiros”. O próprio Leonel Brizola avalia que 24 mil grupos se formaram em todo o país. A estratégia era a de que, com o crescimento e o fortalecimento dos “comandos nacionalistas”, se formasse, em período muito curto, o embrião de um partido revolucionário.

Seja como for, a maior consequência dos “comandos” foi a de gerar o medo-pânico entre os conservadores e a direita civil-militar. Mesmo que a iniciativa de Brizola não tivesse tido tempo de prosperar, a imprensa supervalorizou o movimento, publicando notícias assustadoras sobre supostas ações, na maioria das vezes imaginadas pelos donos dos jornais, dos “comandos nacionalistas”. Comunismo e guerra revolucionária eram as imagens mais disseminadas.

A opção pelo confronto

No início de 1964, a conspiração das direitas avançava de maneira acelerada. Aos empresários, irritava o poder de decisão exercido pelo CGT nas políticas governamentais; aos militares, assustava a participação de comunistas em cargos federais; aos políticos do PSD, amedrontava as greves de trabalhadores e, em particular, as invasões de terras no interior do país; aos parlamentares da UDN, havia o temor de uma derrota nas eleições presidenciais de 1965. A todos, no entanto, causava pânico a implementação de reformas que, distribuindo melhor a renda, retirassem deles privilégios seculares.

Percebendo o avanço da radicalização entre diretas e esquerdas e o conseqüente risco que corriam as instituições democráticas e o projeto reformista de João Goulart, o trabalhista San Tiago Dantas liderou um grupo de políticos moderados do PTB e do PSD e propôs a formação da Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base. Na formação da Frente, Dantas buscou o apoio do PSD, do PCB, do PTB que não seguia a liderança de Brizola, do governador de Pernambuco Miguel Arraes e dos sindicalistas “não contagiados pelo anarquismo”.¹³ Tratava-se, na interpretação do próprio Dantas, da “esquerda positiva”, aquela que apostava nas reformas pelas vias institucionais. Diferente, em sua interpretação, era a “esquerda negativa”, a que enfatizava a necessidade das reformas, mesmo que “na marra”. Neste caso, Dantas fazia alusão à FMP liderada por Brizola. A iniciativa de San Tiago Dantas era a de sustar o processo de radicalização política, reagrupando as forças de centro-esquerda e isolando a direita golpista e a esquerda radical, permitindo, assim, implementar as reformas de base por vias democráticas.

As lideranças da FMP repudiaram de maneira contundente a proposta de Frente Progressista de Dantas. A opção era o confronto aberto. Escrevendo em *Panfleteo*, Max da Costa Santos declarou que a Frente proposta por San Tiago Dantas não passava de “conciliação”. Para o dirigente da FMP, “a hora da conciliação já passou”.¹⁴ Optando pela luta extraparlamentar, a estratégia era a da ação direta, com comícios, manifestações, passeatas e greves, pressionando, assim, o Congresso “reacionário” e o presidente “conciliador”. Brizola reagiu à proposta de

Dantas exigindo um posicionamento claro do presidente Goulart. Se Jango se decidisse pelo programa da FMP e isolasse os conservadores do PSD, garantia que, ao presidente, “o apoio das forças populares será total, incondicional, não terá preço e se manifestará por todas as maneiras, em praças públicas e de armas nas mãos, se necessário”.¹⁵

Qualquer proposta de aproximação com o PSD era repudiada pelos integrantes da FMP. As tentativas do presidente João Goulart de unir o PSD com o PTB e, com a maioria no Congresso, implementar as reformas eram terminantemente recusadas. “Preso a um esquema de conciliação”, dizia o editorial de *Panfleteo*, “o presidente da República não quis entender que é impossível conciliar um PSD decadente e esclerosado com as impetuosas forças de vanguarda que surgem no cenário do país”.¹⁶ O Diretório Regional do PTB do Rio Grande do Sul, alinhado com Leonel Brizola, publicou, em março de 1964, uma moção repudiando a candidatura de Juscelino Kubitschek à presidência da República, “assim como qualquer aliança ou coligação, no plano nacional, com o PSD”. A moção foi aprovada com a presença da maioria dos deputados estaduais, federais e militantes de muitos municípios do interior do estado. Segundo o texto aprovado, a aliança era recusada “pelo que o PSD representa de reacionarismo e anti-reforma no país”, bem como “pelas suas origens e vinculações com as velhas oligarquias, cuja ação política só visa a defender odiosos privilégios anti-populares”.¹⁷ A aliança política entre o PTB e o PSD – união que sustentou a democracia brasileira inaugurada em 1946 – se desfazia, mesmo com os esforços de Goulart para mantê-la. Assustados com o sectarismo dos trabalhistas e a radicalização das esquerdas agrupadas na FMP, os pessedistas se aproximavam da União Democrática Nacional. No Congresso, de maneira informal, formava-se uma bancada unindo pessedistas e udenistas.

Particularmente o Congresso Nacional era atacado pela FMP. Como os parlamentares não aprovavam a reforma agrária sem indenizações aos latifundiários, as esquerdas apostaram na estratégia de desmoralizar o Legislativo Federal, comprovando que se tratava de uma instituição ultrapassada, formada por “raposas” políticas distantes do povo. As imagens projetadas sobre o legislativo eram sempre negativas. Segundo editorial de *Panfleteo*, “o Congresso é o grande mudo, enrolado no varejo da pequena legislação ou fazendo o jogo de aparência e farisaísmo que

nada tem de comum com as angústias do povo. É como se vivesse na ‘belle époque’, surdo ao clamor de um mundo tumultuário e reivindicatório”.¹⁸ A solução era aprovar um plebiscito onde o povo seria consultado sobre a necessidade da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte que não apenas escreveria uma nova Constituição, mas aprovaria as reformas de base. Sem a influência do poder econômico, o povo elegeria operários, camponeses, sargentos e oficiais militares nacionalistas. Segundo editorial de *Panfleto*,

“Quando o povo luta pela revisão constitucional está certo. O fetichismo da ordem jurídica intocável é absurdo. O nosso compromisso é o da democracia verdadeira, que é regime do povo. Uma Constituição pode ou não ser popular e, se não for, deixará, necessariamente, de ser democrática. Nessa linha de ação, o plebiscito que defendemos para consultar o povo sobre a Constituição que fará as Reformas, pode não ser rigorosamente constitucional, mas é inequivocamente democrático. É, ainda, uma saída contra a guerra civil, que a reação elabora nos subterrâneos do crime político e da traição nacional. [...] O povo quer as Reformas. O Congresso as recusa. [...] Esta é a hora de definição e de luta. O povo deve vigiar e agir. [...] O processo de libertação nacional seguirá seu curso, mesmo à custa de todos os sacrifícios”.¹⁹

Os fundamentos da democracia liberal, instituídos pela Constituição de 1946, começaram a ser questionados pelas esquerdas. O regime político surgia como um empecilho às reformas, estando a serviço dos privilégios de classe. Severino Schnnaipp, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores no Comércio Armazenador, afinado com o discurso radical das esquerdas agrupadas na FMP, alegou que não se pode compreender a legalidade democrática como uma ordem jurídica “obsoleta, aviltante da condição humana”, tornando-se, assim, “imoral e perniciosa”. Portanto, é necessária a “revisão do conceito de democracia”, uma vez que alguns dispositivos constitucionais servem apenas para “manter os privilégios de uma minoria”. Para o líder sindical, “a maioria do povo brasileiro evoluiu o suficiente para entender que as classes dominantes estão comprometidas com interesses escravagistas,

impostos pelos testas-de-ferro do capitalismo internacional, particularmente o norte-americano, que suga, como um polvo insaciável, as nossas riquezas”. Luís Carlos Prestes já admitia o rompimento constitucional. Em janeiro de 1964, declarou a possibilidade de reeleição de Goulart ou que ele e Brizola poderiam desempenhar, no Brasil, o mesmo papel de Fidel Castro em Cuba.²⁰ No mês seguinte, Brizola, falando em nome das esquerdas, afirmou:

*“Entre nós não há lugar para dúvidas, nem vacilações. Nem mesmo precisamos de maiores esclarecimentos. Os nossos rumos estão, desde 1954, na grande mensagem que nos deixou o Presidente Getúlio Vargas. [...] Sobretudo, as grandes tarefas que devem absorver a nossa tenacidade e as nossas energias são: organização, organização, organização (grifos no original). Só assim estaremos preparados para enfrentar os instantes cruciais que se aproximam”.*²¹

Jango e a opção pelo confronto

Enquanto as esquerdas agrupadas na FMP atacavam duramente João Goulart, as direitas avançavam no processo conspiratório e a crise financeira do país se agravava. A conjuntura política era de crescente radicalização. A hostilidade política do governo norte-americano, sobretudo a sua intransigência em não renegociar a dívida externa, levava o país à bancarrota. A política de Jango de unir o centro pessedista com a esquerda trabalhista e, com maioria no Congresso Nacional, viabilizar as reformas, se mostrara um fracasso. As partes, repetidamente, negavam-se a pactos e a compromissos. Todas as iniciativas do presidente para aproximar o PTB do PSD, buscando manter a coligação que sustentou o regime democrático desde 1946, mostraram-se infrutíferas. Repudiado pela direita, visto com suspeição pelo centro e isolado pelas esquerdas, o presidente aproximava-se do final de seu governo com poucos resultados. Convenceu-se, finalmente, de que a radicalização impediria qualquer reforma, sobretudo a agrária, de maneira pactuada entre o centro e a esquerda. A grande qualidade de Jango – a sua capacidade de costurar acordos, tecer negociações, buscar o entendimento – era repudiada pelas

suas próprias bases de sustentação: as esquerdas. Para elas, tudo não passava de “política de conciliação”, cujo significado, naquele momento, exprimia o que havia de pior em uma liderança popular. Para o PTB radical, o sindicalismo agrupado no CGT, os camponeses em suas Ligas, o movimento estudantil liderado pela UNE, a esquerda cristã, a extrema-esquerda do PCB, a intelectualidade marxista, as organizações dos subalternos das Forças Armadas e os nacional-revolucionários brizolistas, somente a “política do confronto” poderia levar a resultados promissores para os trabalhadores e a implementação das reformas de base. Assim, tanto os direitistas quanto as esquerdas escolheram como estratégia o enfrentamento. O clima era de radicalização e o presidente, até então, procurara conciliar o inconciliável.²²

A realização do comício na Central do Brasil, em 13 de março de 1964, significou a escolha do presidente pela política ofensiva FMP, descartando a alternativa moderada proposta por San Tiago Dantas. No entanto, não se tratava do convencimento de que estava fazendo a melhor opção. Ele preferia o acordo, o pacto, a negociação e o entendimento. Radicalismos e exclusões não se coadunavam com seu estilo de fazer política. Ele preferia unir e aglutinar do que excluir e confrontar. Mais ainda, estou convencido de que Jango não acreditava no sucesso da estratégia da FMP. Ele, na verdade, encontrava-se sem alternativas. A radicalização política o empurrou para as suas bases históricas: as esquerdas e o movimento sindical. Escolher a Frente Progressista de San Tiago Dantas ou buscar o apoio parlamentar do PSD negaria todo o seu passado de líder reformista e nacionalista e o tornaria refém político dos setores conservadores.

Excessivamente confiantes, tomados por um sentimento de euforia, os grupos e partidos esquerdistas acreditaram que, após acumularem forças, havia chegado a hora do “desfecho”. Na Central do Brasil, Brizola falou em nome da Frente de Mobilização Popular.²³ Inicialmente, ele associou o momento que estavam vivendo com dois episódios recentes: a Campanha da Legalidade e o plebiscito que devolveu os poderes presidenciais a Goulart. Para Brizola,

“povo e governo, num país como o nosso, devem constituir uma unidade. Unidade esta que já existiu, em agosto de 1961, quando o povo, praticamente de fuzil na mão,

repeliu o golpismo que nos ameaçava e garantiu os nossos direitos. Unidade, esta, que já existiu, no plebiscito de janeiro de 1963, quando mais de dez milhões de brasileiros exigiram o fim da conciliação do parlamentarismo e a realização imediata das reformas”.

A associação formulada por Brizola era simples: povo e governo unidos obtinham vitórias certas, como em 1961 e 1963, enquanto a “política de conciliação” de Goulart com os conservadores do PSD não produzia resultado algum. “Se conseguirmos hoje a restauração daquela unidade”, continuou Brizola, “o presidente poderá retornar, através da manifestação do povo, às origens de seu governo. E, para isso, será suficiente que ponha fim à política de conciliação e organize um governo realmente democrático, popular e nacionalista.” A seguir, seu principal ataque foi ao Congresso Nacional:

“Não podemos continuar nesta situação. O povo está a exigir uma saída. Mas o povo olha para um dos poderes da República, que é o Congresso Nacional, e ele diz não, porque é um poder controlado por uma maioria de latifundiários, reacionários, privilegiados e de ibadianos. É um Congresso que não dará mais nada ao povo brasileiro. O atual Congresso não mais se identifica com as aspirações de nosso povo”.

Diante da inoperância e do antagonismo entre os Poderes Executivo e Legislativo, a alternativa sugerida por Brizola era a de conferir ao povo o poder de decisão.

“O povo é a fonte de todo o poder. Portanto, a única saída pacífica é fazer com que a decisão volte ao povo através de uma Constituinte, com a eleição de um Congresso popular, de que participem os trabalhadores, os camponeses, os sargentos e os oficiais nacionalistas, homens públicos autênticos, e do qual sejam eliminadas as velhas raposas da política tradicional. Dirão que isto é ilegal. Dirão que isto é subversivo. Dirão que isto é inconstitucional. Por que, então, não resolvem a dúvida através de um plebiscito? Verão que o povo votará pela derrogação do atual Congresso”.

A proposta das esquerdas agrupadas na FMP era reiterada no comício: um plebiscito sobre a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte que, substituindo o atual Congresso Nacional, formulasse uma nova Constituição e aprovasse as reformas de base. Ao final, Brizola concluiu seu discurso com uma advertência: “O nosso caminho é pacífico, mas saberemos responder à violência com violência. O nosso presidente que se decida a caminhar conosco e terá o povo ao seu lado. Quem tem o povo ao seu lado nada tem a temer”.

Unidos na Frente de Mobilização Popular, as organizações e partidos sob a liderança de Brizola adotaram a estratégia de depreciar a imagem do Congresso Nacional, incitando a população contra ele. Como afirmavam, o Congresso era reacionário e não aprovaria as mudanças exigidas pelos trabalhadores. Portanto, era preciso encontrar amplo respaldo popular para alterar a Constituição. Na edição de *Panfletos* de 23 de março, o título, em letras grandes, era: “Forças populares vão enfrentar o Congresso”.

Em março de 1964, as esquerdas pensaram repetir agosto/setembro de 1961. A crise aberta com a renúncia de Jânio Quadros incitou a sociedade brasileira a resistir contra o golpe dos ministros militares, exigindo que o vice-presidente tomasse posse. Sindicato de trabalhadores associações comerciais, federações de indústrias, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, a UNE, igrejas, imprensa, clubes de futebol, entre outros setores da sociedade civil, negaram o aval ao golpe militar. Mas a luta era pela manutenção da ordem jurídica e democrática. Nesse sentido, as esquerdas e os grupos nacionalistas defenderam, em 1961, não reformas econômicas e sociais, mas, sim, a ordem legal. O movimento, portanto, era defensivo. Os setores legalistas, por sua vez, ao pregarem abertamente o golpe de Estado e a alteração da Constituição pela força, perderam a legitimidade. Ou seja, em 1961 a vitória foi das esquerdas, mas a luta era pela legalidade. Em março de 1964, no entanto, os sinais se inverteram. O lema que pregava ser “a Constituição intocável” passou a ser defendido pelos conservadores e pela direita. Para impedirem as reformas, sobretudo a agrária, eles proferiam discursos de defesa da ordem legal. As esquerdas, diversamente, pediam o fechamento do Congresso, a mudança da Constituição e questionavam os fundamentos da democracia liberal

instituídos pela Carta de 1946. Inebriadas pela vitória de 1961, as esquerdas acreditaram que poderiam repeti-la em 1964. Não perceberam a importância, e sobretudo não consideraram, a questão democrática.

Enquanto isso, um grupo de coronéis, convencidos de que seus superiores dificilmente tomariam a iniciativa de conspirar contra o presidente, decidiu tomar para si a tarefa. O Estado-Maior das Forças Armadas tornou-se o centro da conspiração, enquanto seu chefe, o general Castelo Branco, assumiu a liderança do movimento sedicioso. No início de 1964, as articulações entre empresários, alguns governadores de estados e parlamentares conservadores já tinham avançado consideravelmente. O comício da Central, no entanto, transformou uma ação inicialmente defensiva em ofensiva. “Já não se tratava de resistir, mas de intervir no processo para liquidar uma situação tida como intolerável”, diz o jornalista Carlos Castelo Branco.²⁴

Em comum acordo com as esquerdas e o movimento sindical, João Goulart, dias após o comício, enviou uma Mensagem ao Congresso Nacional dando conta dos atos de seu governo e propondo as reformas de base, incluindo a reforma agrária sem indenizações aos latifundiários. Todo o programa reformista defendido pelas esquerdas foi enviado ao Congresso. Contudo, três outras propostas criaram dúvidas e desconfiças entre os parlamentares liberais e de centro, mas deram certeza aos direitistas de que Jango, em conluio com as esquerdas, estava planejando o rompimento institucional com o objetivo de perpetuarem-se no poder. A primeira das medidas foi solicitar que o Congresso Nacional delegasse seus poderes ao Executivo Federal; a segunda, propunha a realização do plebiscito para que o povo se manifestasse sobre a necessidade de execução das reformas de base; a terceira, finalmente, era a revisão do capítulo das inelegibilidades, substituindo o texto apenas pela frase: “são elegíveis os alistáveis”. A mudança permitia que Leonel Brizola se candidatasse à presidência da República nas próximas eleições e institua, na prática, a reeleição para os cargos do Executivo.²⁵ Portanto, Brizola e Goulart poderiam concorrer às eleições presidenciais de 1965.

A conjuntura de desconfiança generalizada e de radicalização política foi agravada com a revolta dos marinheiros, abrindo profunda crise militar que desestabilizou o governo. As esquerdas minimizaram o

motim, apoiando e incentivando o movimento revoltoso. A integridade profissional das Forças Armadas foi duramente atingida quando os marinheiros foram beneficiados com a anistia governamental. Todo o conjunto de idéias, crenças, valores, códigos comportamentais e a maneira como os militares davam significado às suas instituições encontravam-se subvertidos. A disciplina e a hierarquia, fundamentos básicos que exprimiam o que era “ser militar”, esfacelaram-se. O presidente, o CGT e as esquerdas não perceberam a gravidade do episódio. Mas a maioria dos oficiais das Forças Armadas, até então relutante em golpear as instituições, começou a ceder aos argumentos da minoria golpista. Para eles, estava em risco a própria corporação militar.

Palavras finais

Quando Goulart recuperou seus poderes, em janeiro de 1963, esquerdas e direitas passaram a se enfrentar. Mas a partir do comício de 13 de março de 1964 a estratégia foi a do confronto aberto. A partir daí, a questão não era saber se as mudanças econômicas e sociais seriam executadas, limitadas ou mesmo impedidas. Tratava-se da tomada do poder político e a imposição de projetos. Como conclui Argelina Figueiredo, a questão democrática não estava na agenda da direita e da esquerda. A primeira sempre esteve disposta a romper com tais regras, utilizando-as para defender os seus interesses. A segunda, por sua vez, lutava pelas reformas a qualquer preço, inclusive com o sacrifício da democracia. Ambos os grupos, diz a autora, “subscreviam a noção de governo democrático apenas no que servisse às suas conveniências. Nenhum deles aceitava a incerteza inerente às regras democráticas”.²⁶

Durante o governo Goulart, as esquerdas optaram por uma estratégia ofensiva de tomada do poder. No entanto, muitos anos depois, particularmente durante a campanha pela anistia aos perseguidos políticos pela ditadura militar em fins da década de 1970, constituiu-se uma memória muito particular sobre os acontecimentos de 1964. Por esta maneira de lembrar o passado, o projeto ofensivo das esquerdas tornou-se defensivo; de revolucionárias, elas se transformaram em “democráticas”; de protagonistas da própria História, foram reduzidas à condição de vítimas das direitas tupiniquins e do imperialismo norte-

americano. Como sabemos, memória não é História, embora a tese que aluda ao “golpe preventivo” não faça muita distinção entre elas.

Notas:

*A pesquisa recebeu apoio financeiro do CNPq para a sua realização.

**Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

¹Para o debate entre as diversas versões para o golpe, veja DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “1964: temporalidade e interpretações”. Em AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato Sá (orgs.) *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois*. Bauru, EDUSC, 2004, p. 15 e seguintes.

²Citado em NEVES, Lucília de Almeida. *PTB. Do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo, Marco Zero, 1989, p. 236.

³Citado em MORAES, Denis. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro, Editora Espaço e Tempo, 1989, p. 259.

⁴Citado em BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1979, pp. 116 e seguintes.

⁵*Panfleto*. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1964, p. 2.

⁶Citado em MORAES, Denis. Op. cit., p. 120.

⁷Citado em BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart - As lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1977, p. 131.

⁸FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas; alternativas democráticas à crise política. 1961-1964*. São Paulo, Paz e Terra, 1993, p. 73.

⁹Para informações mais precisas, veja MORAES, Denis de. Op. cit., pp. 83-93.

¹⁰Citado em FERREIRA, Marieta de Moraes e BENJAMIN, César. In ABREU, Alzira Alves de et alii. *Dicionário Histórico, Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 5 vols., 2001, p.1518.

¹¹“Organização dos ‘Grupos de Onze Companheiros’”. *Panfleto*. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro, pp. 14-15.

¹²O modelo de ata dizia: “Nós, os 11 brasileiro abaixo-assinados, constituímos um ‘Comando Nacionalista’. (Rua _____, n. ____, telefone _____). Escolhemos para líder e comandante o companheiro _____ e, nesta data, estamos também comunicando nossa decisão ao líder nacionalista Leonel Brizola de nossos objetivos: Defesa das conquistas democráticas de nosso povo, realização imediata das Reformas de Base (principalmente a Reforma Agrária), e a libertação de nossa Pátria da espoliação internacional, conforme a denúncia que está na Carta-Testamento do Presidente Getúlio Vargas [Seguem espaços para local, data e onze assinaturas].

¹³FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Op. cit., pp. 143-144.

¹⁴Citado em SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder. vol. 1, Os protagonistas*. São Paulo, Global, 1979, p. 9.

¹⁵*Panfleto*. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1964, p. 8.

¹⁶Idem, 16 de março de 1964, p. 8.

¹⁷Idem, 9 de março de 1964, p. 33.

¹⁸Idem, 16 de março de 1964, p. 8.

¹⁹Idem, 23 de março de 1964, p. 8.

²⁰SEGATTO, José Antônio. *Reforma e Revolução – As vicissitudes políticas do PCB (1954- 1964)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995, p. 164.

²¹*Panfleto*. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1964, p. 3.

²²Veja FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In FERRERA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*, volume 3. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003.

²³*Panfleto*. Rio de Janeiro, 16 de março de 1964, p. 3.

²⁴DINES, Alberto e outros. *Os idos de março e a queda de abril*. Rio de Janeiro, José Álvaro, 1964, pp. 287-290.

²⁵Pela Constituição, parentes consangüíneos ou afins de mandatários do Executivo não poderiam se candidatar para a sucessão deles. Era o caso de Brizola, cunhado de Goulart. A reeleição para cargos do Executivo era proibida.

²⁶FIGUEIREDO, Argelina. *Op. cit.*, p. 202.